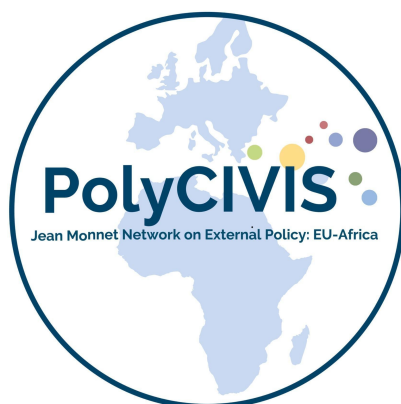


Comunicado de Dakar

Junho 2025



Co-funded by
the European Union

Acordo de subvenção n.º 101127795 PolycIVIS: Enfrentar a policrise na Europa e em África

Introdução

A Rede PolyCIVIS¹, constituída por 21 universidades africanas e europeias e financiada pelo Programa Erasmus+/Jean Monnet da União Europeia, realizou o seu segundo Fórum Agora² na Université Cheikh Anta Diop (UCAD) em Dakar, Senegal, a 23 de abril de 2025. O objetivo da Rede PolyCIVIS é desenvolver uma compreensão abrangente do conceito de policrise³ e das suas implicações para a governação e a segurança globais através da investigação, da política e da educação.

No Fórum Agora, académicos e partes interessadas africanas e europeias debateram a forma de revitalizar a cooperação internacional em matéria de degradação ambiental, alterações climáticas e transição energética. Explorou-se a forma como crises simultâneas – desde conflitos geopolíticos a choques climáticos – estão a redefinir as prioridades políticas em ambos os continentes e como Europa e África podem ainda encontrar um denominador comum para enfrentar os desafios ambientais.

Contexto

O mundo está a viver uma policrise – várias crises interligadas – que está a colocar à prova a resiliência das relações entre África e Europa. A pandemia da Covid-19, os desafios económicos globais e, em especial, a guerra entre a Rússia e a Ucrânia criaram efeitos secundários que dificultam a cooperação em questões prementes como as alterações climáticas e a energia. A guerra na Ucrânia despoletou uma crise energética continental na Europa, obrigando a repensar rapidamente a segurança energética e suscitando medidas de emergência para reduzir a dependência do combustível russo (Knaepen et al., 2023).

As atenções da Europa passaram a estar centradas na soberania energética – garantir o controlo do seu aprovisionamento energético – o que implicou acelerar a transição ecológica a nível interno e procurar novos parceiros energéticos no estrangeiro. Entretanto, África foi acometida pelo aumento dos preços dos alimentos e dos combustíveis, pelas pressões da dívida e pelas catástrofes climáticas, o que agravou a sua vulnerabilidade. Tendo como pano de fundo estes choques, África e Europa identificam as alterações climáticas como uma ameaça existencial. Porém, neste contexto, a parceria entre os dois continentes em matéria de clima e energia tem sofrido reveses. Recentemente, os líderes africanos expressaram a sua frustração pelo facto de as respostas da Europa à crise – apesar de bem-intencionadas – parecerem por vezes unilaterais, servindo em primeiro lugar os interesses europeus e prestando um apoio insuficiente às necessidades de adaptação de África.

¹ Para mais informações, consultar <https://civis.eu/en/discover-civis/civis-alliance-projects/polycivis>

² O Fórum Agora é uma plataforma de diálogo e troca de ideias entre decisores políticos, investigadores e sociedade civil sobre a policrise e as suas possíveis soluções. O presente documento, elaborado conjuntamente pelos grupos de trabalho sobre política e gestão da PolyCIVIS, surge na sequência do Fórum Agora.

³ O termo “policrise” é definido por uma série de desafios globais interligados. Caracterizada por efeitos transfronteiriços, múltiplas causas e propriedades sistémicas complexas, a policrise apresenta obstáculos excepcionais às formas tradicionais de governação.

Impactos da polícrise na cooperação entre África e Europa em matéria de clima, ambiente e energia

A agitação geopolítica alterou o panorama da cooperação climática. A resposta imediata da Europa à guerra na Ucrânia foi garantir fontes de energia alternativas e absorver os choques económicos, mesmo que isso implicasse uma dependência, a curto prazo, dos combustíveis fósseis ou a procura de novos fornecedores. A União Europeia (UE) lançou iniciativas como o REPowerEU para acelerar a transição para energias renováveis e gerar poupanças de energia, mas também assinou acordos para importar gás de África e de outros países para substituir as importações da Rússia. Embora estas iniciativas satisfizessem necessidades imediatas, suscitaram preocupações entre os parceiros africanos quanto aos compromissos a longo prazo e à equidade. Numa altura em que os Estados Unidos da América estão a reduzir drasticamente o seu financiamento para a ajuda ao desenvolvimento, existe o risco de que as medidas da Europa impulsionadas pela crise, destinadas a reforçar a segurança energética, possam pôr de lado a sustentabilidade ambiental, afetando em especial as transições sustentáveis no Sul Global (Kuzemko et al., 2022). Além disso, o aumento do orçamento para a defesa dos Estados-Membros da UE terá um impacto nos recursos afectos pela UE a acções ambientais e climáticas. De facto, os observadores assinalam que as recentes acções da UE em matéria de clima e energia “correm o risco de exacerbar as tensões com os países do Sul Global que veem a transição ecológica da UE como um projeto exclusivo e um perigo para o seu desenvolvimento económico” (Knaepen et al., 2023).

Para tal, se as políticas ecológicas da Europa forem vistas como “primeiro a Europa” – por exemplo, impondo taxas rigorosas sobre o carbono ou redireccionando fundos para a sua própria segurança energética – a confiança das nações africanas pode diminuir. Ao mesmo tempo, África debate-se com as suas próprias crises que estão inter-relacionadas com a vulnerabilidade climática. Muitos países africanos deparam-se com encargos insustentáveis com a dívida (exacerbados pelo impacto da pandemia e pela recessão económica induzida pela guerra na Ucrânia) que limitam a sua capacidade de investir na resiliência climática (Medinilla et al., 2023). No Sahel, as secas prolongadas e a degradação dos solos – agravadas pelas alterações climáticas – estão a contribuir para conflitos e instabilidade relacionados com recursos. A resposta a estes desafios não é apenas uma prioridade local, mas uma questão de segurança global: o reforço da resiliência climática em pontos críticos como o Sahel é “parte integrante da segurança europeia” (Knaepen, 2025), o que evidencia que há um interesse comum em endereçar os riscos relacionados com o clima. Na África Ocidental e Central, os países devem equilibrar a proteção de ecossistemas vitais (como as florestas tropicais da bacia do Congo, frequentemente referidas como o “pulmão verde” de África) com o desenvolvimento económico e o acesso à energia para as suas populações em crescimento.

A interdependência entre Europa e África na actual polícrise é evidente e pode ser enquadrada da seguinte forma:

- Os impactos climáticos em África – sejam as secas no Sahel ou as inundações na costa ocidental africana – podem ter implicações em termos de migração e segurança que chegam à costa da Europa.
- Por outro lado, as crises na Europa (guerra, inflação) podem desviar a atenção e os recursos da cooperação global em matéria de clima, afectando diretamente os países africanos que dependem do financiamento e do apoio prometidos para o clima.

Apesar de potencialmente exacerbar as tensões e a desconfiança, a policrise também oferece oportunidades para uma cooperação renovada. Ambos os continentes já viram que as abordagens fragmentadas são insuficientes quando as crises se sobrepõem. Conforme acima referido, o choque nos mercados energéticos causado pela guerra na Ucrânia funcionou, de certa forma, como um ponto de viragem (Steffen e Patt, 2022), acelerando a determinação da Europa rumo a uma transição verde – as energias renováveis não são agora apenas um objetivo ambiental, mas um imperativo estratégico para a independência energética (Falkner, 2023; Raina e Tewari, 2024). Este facto oferece oportunidades para a cooperação entre Europa e África: a Europa procura parceiros fiáveis para satisfazer as suas necessidades energéticas e África – um continente rico em recursos solares, eólicos e outros – poderia beneficiar do investimento em infraestruturas de energia limpa. Em vez de serem “danos colaterais” na turbulência mundial, os países africanos podem ser parceiros essenciais, tirando partido dos seus activos (energia solar, minerais essenciais e mão de obra jovem) no âmbito de iniciativas conjuntas.

O desafio reside em garantir que estas parcerias sejam equitativas. Tal como referido numa análise, os países africanos correm o risco de serem tratados quase como uma nota de rodapé, apesar de possuírem “uma série de activos (minerais) essenciais para uma transição ecológica global”. A análise salientou ainda que, embora a União Africana (UA) e a UE partilhem objectivos climáticos, os seus pontos de partida são diferentes, o que gera tensões sobre a capacidade de acção africana, a óptica da acção unilateral da UE e um financiamento climático inadequado face às necessidades de África (Karkare e Mendinilla, 2023).

Procedimentos

O Fórum Agora consistiu num painel de debate e em duas mesas redondas. Os debates centraram-se na forma como a policrise tem impacto na cooperação climática e ambiental e exploraram projetos conjuntos concretos entre África e Europa que apoiam uma abordagem equilibrada à transição energética, apesar dos obstáculos técnicos e políticos. As seguintes questões principais enquadraram os debates e a partilha de ideias no Fórum Agora:

- Como é que a “policrise” (guerra na Ucrânia, instabilidade económica mundial, pandemia, etc.) afectou a parceria entre África e Europa em matéria de clima e energia?
- Que ajustamentos nas políticas da UE (energética, climática, comercial) poderiam torná-las mais conducentes com as prioridades de desenvolvimento e climáticas de África?
- Como podem os actores africanos e europeus trabalhar em conjunto para colmatar o défice de financiamento climático?
- Como é que os dois continentes podem coordenar melhor a sua diplomacia e estratégia em matéria de clima?
- Que investigação, inovação e partilha de conhecimentos são necessárias para sustentar a cooperação?
- Por fim, que passos imediatos podem ser identificados no Fórum Agora para reforçar a cooperação entre África e Europa?

Principais conclusões

As vias discutidas para responder a estas questões e para promover a colaboração entre África e Europa incluíram o seguinte:

⇒ *Encontrar um denominador comum em matéria de política e narrativa*

Tanto a África como a Europa têm de ultrapassar o pensamento de soma zero. De facto, o Pacto Ecológico Europeu e a Agenda 2063 de África não têm de estar em desacordo; há complementaridades que importa salientar. Um exemplo é a industrialização verde: a procura de segurança da cadeia de aprovisionamento da Europa (para baterias, painéis solares, etc.) pode contribuir para o crescimento industrial de África, se o investimento for direcionado para a produção em África. A UE já está a começar a investir na transformação e na formação locais, em vez de se limitar a extrair as matérias-primas de África. Estes modelos deveriam ser reproduzidos em mais países e sectores. Do mesmo modo, o impulso de África para o acesso universal à energia pode alinhar-se com os objetivos climáticos, se for apoiado pela tecnologia europeia e pelo financiamento às energias renováveis e da expansão da rede.

⇒ *Revitalizar o financiamento climático e os mecanismos de investimento.*

É no dinheiro que as boas intenções frequentemente encalham. O Fórum explorou soluções de financiamento criativas, como o aumento das trocas de dívida por clima (perdoar parte da dívida de um país em troca de investimento em projectos climáticos) ou regimes de financiamento misto (usando fundos ou garantias públicas para reduzir o risco e atrair investimento privado para projectos ecológicos africanos).

Os participantes debateram igualmente as oportunidades para um novo início na cena política mundial: os próximos eventos, como o G20, a COP30 (2025) e a prevista Cimeira UA-UE (2025), constituem oportunidades para anunciar compromissos conjuntos (como novos objectivos para o apoio à adaptação). A este respeito, África e Europa devem trabalhar em conjunto para pressionar os bancos multilaterais de desenvolvimento a procederem a reformas e a concederem mais financiamento climático em condições favoráveis. Os participantes apoiaram iniciativas como a criação de um Banco Africano do Clima ou a utilização dos Direitos de Saque Especiais (DSE) para a acção climática. Foi salientado que a qualidade do financiamento é tão importante como a quantidade – subvenções para adaptação, não apenas empréstimos, e alinhamento do financiamento com os próprios planos climáticos dos países africanos: Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) e Planos de Acção Nacionais (PAN).

⇒ *Promover iniciativas conjuntas para uma transição energética justa*

Os projectos conjuntos concretos exemplificam uma abordagem equilibrada à transição energética, apesar dos obstáculos técnicos e políticos. A Europa deve apoiar os países africanos dependentes do carvão na sua transição, tendo em conta o seu desejo de se desenvolverem economicamente de forma equilibrada e sustentável. Exemplos como a Parceria para uma Transição Energética Justa (JETP) da África do Sul, os projetos solares e eólicos do Norte de África que abastecem a Europa (através de cabos submarinos ou de carregamentos de hidrogénio verde) e o “mecanismo de agregação de energia verde” euro-africano que interliga as redes do Mediterrâneo poderiam ser estruturados como parcerias África-Europa.

⇒ *Alinhar políticas e normas*

Deveria ser criado um mecanismo de consulta entre África e Europa sobre alterações políticas importantes. Tal poderia evitar acções unilaterais e impactos negativos desnecessários e fornecer orientações para o desenvolvimento de normas ambientais que reflitam as melhores práticas a nível mundial. Os participantes consideraram que o conceito de uma “Aliança Climática África-UE” deveria ser revisto como veículo para institucionalizar a cooperação em matéria de política, ciência e acção no domínio do clima.

⇒ *Salientar os co-benefícios e as dimensões humanas*

Em última análise, a cooperação em matéria de clima, ambiente e energia deve produzir benefícios tangíveis que sejam eficazes e equitativos para as populações de África e da Europa. O Fórum sublinhou que questões como a criação de emprego, a saúde, a educação e o acesso a serviços básicos não devem ser descuradas.

Os debates gerais sobre os dois principais temas abordados durante o Fórum Agora – transição energética e alterações climáticas – resultaram nas seguintes perspetivas e recomendações adicionais:

- O reconhecimento de que a transição energética melhora as condições de vida das pessoas e reduz a poluição ambiental, que é uma fonte de doenças e de alterações climáticas.
- A necessidade urgente de uma maior atenção e esforço, tanto a nível africano como europeu, para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
- Relativamente à cooperação entre África e Europa em matéria de transição energética, a tónica deve ser colocada na transição ecológica, o que permitiria uma maior inclusão energética em África e a diversificação dos parceiros nas políticas energéticas.
- A necessidade priorizar o estabelecimento de colaborações entre África e Europa através de parcerias com vários intervenientes que complementem as abordagens multilaterais a fim de garantir a redução dos riscos e a diversificação do aprovisionamento energético.
- África e Europa devem colaborar e formular estratégias conjuntas para iniciar o processo de reforma das instituições de governação a nível mundial, uma vez que estas incorporam desigualdades que têm um impacto desproporcionado em África.
- É necessário um maior envolvimento da UA nas políticas energéticas dos países africanos para, entre outras coisas, proporcionar financiamento para os jovens estudarem e melhorar o capital humano, assim como para assegurar uma colaboração mais eficaz entre a investigação e a política.
- Apela-se a uma comunicação melhorada e inclusiva para garantir a adesão às políticas ambientais a todos os níveis da sociedade e para sensibilizar o público para uma produção responsável e sustentável.
- É necessária uma maior cooperação entre as universidades europeias e africanas para permitir que os académicos analisem em conjunto e de forma holística os desafios e as oportunidades a nível regional, continental e mundial, com vista a criar resiliência e propor soluções. Uma colaboração e um envolvimento académicos fortes e frequentes são pré-requisitos essenciais para a elaboração de políticas baseadas em dados factuais. Os investigadores devem reforçar o impacto da investigação e da inovação na elaboração de políticas. A este respeito, a rede PolyCIVIS tem de utilizar o seu vasto alcance geográfico para dialogar com todas as partes interessadas, incluindo os decisores políticos.

Referências

- Falkner, R. (2023). Weaponised Energy and Climate Change: Assessing Europe's Response to the Ukraine War. <https://ppr.lse.ac.uk/articles/10.31389/lseppr.78>
- Karkare, P. e Medinilla, A. (ECDPM, 2023) - In search of shared benefits: Europe and Africa in global green transition
- Knaepen, H. e Dekeyser, K. (ECDPM, 2023) - EU climate adaptation diplomacy: Searching for common ground with Africa
- Knaepen, H. (ECDPM, 2025). European support for adaptation in times of shifting politics and tight budgets.
<https://ecdpm.org/work/european-support-adaptation-times-shifting-politics-and-tight-budgets>
- Kuzemko, C. e Blondeel, M., Dupont, C. e Brisbois, M. (2022). Russia's war on Ukraine, European energy policy responses & implications for sustainable transformations. *Energy Research & Social Science*.
- Raina, N. e Tewari, A., K. (2024). Mapping the European Union's Renewable Energy Transition Amidst the Russo-Ukrainian War. <https://www.ijfmr.com/research-paper.php?id=19712>
- Medinilla et al. (ECDPM, 2023) – Moving Europe and Africa Towards More Common Ground on Climate and Energy.
- Steffen, B. e Patt, A. (2022) – A historical turning point? Early evidence on how the Russia-Ukraine war changes public support for clean energy policies. *Energy Research & Social Science*, 91, 102758. <https://doi.org/10.1016/j.erss.2022.102758>

PolyCIVIS: enfrentar a policrise na Europa e em África

A PolyCIVIS é uma colaboração euro-africana que traz para primeiro plano a policrise global, permitindo uma melhor compreensão dos impactos de várias crises sociais importantes e simultâneas que desafiam o mundo sob a forma de uma policrise

Na sequência da policrise global, surgiram desafios urgentes que levaram a PolyCIVIS a tomar medidas. A nossa iniciativa dedica-se a abordar estas questões globais prementes e as suas consequências interligadas.

Correio eletrónico: polycivis@ulb.be

Sítio Web: <https://www.civis.eu/polycivis>



A PolyCIVIS é co-financiada pela União Europeia. Os pontos de vista e opiniões expressos são, no entanto, da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e não reflectem necessariamente os da União Europeia ou do organismo de financiamento. Nem a União Europeia nem o organismo de financiamento podem ser responsabilizados pelos mesmos.